



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS  
**ATOrd 1000647-28.2015.5.02.0371**  
RECLAMANTE: EULALIO SANTANA  
RECLAMADO: CONSTRUTORA MARILY LTDA E OUTROS (4)

### **Editais de Leilão Judicial Unificado**

#### **1ª Vara do Trabalho de Mogi das Cruzes/SP**

#### **Processo nº 1000647-28.2015.5.02.0371**

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 04/08/2026, às 11:40 horas, através do portal do leiloeiro Marcelo Fuad Cavalli Yarid - [www.bigleilao.com.br](http://www.bigleilao.com.br) serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: EULALIO SANTANA, CPF: 009.538.288-75 , exequente, e CONSTRUTORA MARILY LTDA, CNPJ: 05.678.977/0001-86; início desenvolvimento urbano; J BIANCHI CONSTRUTORA LIMITADA; FRANCISCO OSNI KOSQUE, CNPJ: 15.649.810/0001-40; FRANCISCO OSNI KOSQUE, CPF: 049.772.528-29, executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

A PARTE IDEAL CORRESPONDENTE A 50% DO IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 42.883 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE AMPARO/SP, DE PROPRIEDADE DE FRANCISCO OSNI KOSQUE, CPF: 049.772.528-29, CADASTRO MUNICIPAL: 0160-0600. DESCRIÇÃO: PRÉDIO RESIDENCIAL situado com frente para a RUA CORIOLANO BURGOS, Nº 901 (novecentos e um), nesta cidade, município e Comarca de Amparo, medindo 10,00 metros de frente, por 26,00 metros da frente aos fundos, de ambos os lados, tendo nos fundos a largura de 9,00 metros, confrontando de um lado com José Aluizio Sibinel, de outro lado com Antonio Morosi e sua mulher Maria Mitestainer Morosi e nos fundos também confronta com Antonio Morosi e sua mulher Maria Mitestainer Morosi. x.x OBSERVAÇÕES: 1) Certificou o Oficial de Justiça em 24/03/2025: "sobre o terreno foi edificada uma casa residencial, padrão simples de construção, contendo três quartos (um tipo suíte), banheiro social, sala, cozinha, área de serviço, quintal e garagem coberta; parte interna foi reformada em apresenta bom

estado geral e a parte externa em regular estado de conservação.”; 2) Conforme despacho do Juízo da Execução (Id. ebedc83): "(...)Nos termos do art. 78 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (redação dada pelo Ato nº 10/GCGJT de 18/08/2016), o arrematante adquire o bem livre de quaisquer ônus tributários, inclusive débito de IPTU, uma vez que se sub-rogarão no preço da hasta. Fixa-se como lance mínimo o percentual de 60% do valor da avaliação do bem. Caberá ao arrematante comprovar perante o Juízo os valores dos ônus supramencionados, para fins dos artigos 130, parágrafo único do CTN e 918, § 1º, do CPC.

Avaliação da parte ideal: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

Local dos bens: Rua Doutor Coriolano Burgos, 901, Jd São Lourenço, Amparo-SP.

Total da avaliação: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

Lance mínimo do leilão: 60%.

Leiloeiro Oficial: Marcelo Fuad Cavalli Yarid.

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O exercício do direito de preferência deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: trt2@bigleilao.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

- a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;
- b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas

prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;

c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.

d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).

e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.

f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para “À VISTA”, nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

g) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

Visitação dos bens: as 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel.

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN.

SAO PAULO/SP, 23 de abril de 2026.

**MOISES NALBATIAN**



Documento assinado eletronicamente por MOISES NALBATIAN, em 23/04/2026, às 06:42:44 - 6ff426c  
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/26042306424020100000456399350?instancia=1>  
Número do processo: 1000647-28.2015.5.02.0371  
Número do documento: 26042306424020100000456399350